

Determinantes da Aplicação do CPC 29 nas Empresas Brasileiras que Transacionam Ativos Biológicos Listadas na BM&FBovespa

Determinants of CPC 29 Application in Brazilian Companies that Trade Biological Assets Listed in BM&FBovespa

Artigo recebido em: 30/01/2019 e aceito em: 15/08/2020

Elisa Cristina Baptista de Andrade

Brasília – DF

Graduada em Ciências Contábeis pela UNB¹

andrade_eb@hotmail.com

Jomar Miranda Rodrigues

Brasília – DF

Doutor em Ciências Contábeis pelo PMIICC/UNB/UFRN/UFPB²

jomar@unb.br

José Lúcio Tozetti Fernandes

Brasília – DF

Professor Adjunto do Dept.de Ciências Contábeis e Atuariais/UNB¹

Doutor em Ciências Contábeis pelo PMIICC/UNB/UFPB/UFRN³

luciotozetti@unb.br

RESUMO

Devido ao avanço da globalização, surge no mundo a necessidade de uma linguagem universal de negócios. Assim, as IFRS tornaram-se o principal instrumento de padronização contábil para solução dos problemas de compreensão dos usuários das demonstrações contábeis. O Brasil, ao optar pela adesão das IFRS, inicia seu processo de convergência, adequando suas informações ao padrão internacional. Este trabalho busca analisar o processo de convergência em empresas brasileiras de agronegócios baseado na norma CPC 29. Apesar da importância da agricultura para o Brasil, o cumprimento da norma é um assunto pouco tratado em pesquisas nacionais. Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar o nível de conformidade do CPC 29 nas demonstrações contábeis de 34 empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, desde o primeiro ano de sua vigência (2010) até as demonstrações mais recentes (2016). No estudo foram analisadas 5 variáveis que poderiam justificar o que leva uma entidade a divulgar seu relatório com maior ou menor conformidade à norma. Observou-se que ainda é alta a deficiência de conformidade das informações divulgadas testadas, as quais não atendem corretamente às normas exigidas pelo CPC. A pesquisa averiguou que a média de conformidade dessas empresas é de apenas 53,93%, em que se identificou que o determinante das práticas de divulgação no Brasil engloba o tipo de auditoria. Os resultados apontam que é essencial mais empenho por parte dos

gestores dessas companhias na evidenciação de seus ativos, que ainda possuem baixos níveis de adequação à norma.

Palavras-chave: Convergência Contábil, Ativos Biológicos, Produtos Agrícolas, CPC 29.

ABSTRACT

Globalization fostered the need for a universal business language worldwide. Thus, IFRS have become the main instrument of accounting standardization to solve understanding problems among the users of the financial statements. Brazil opted to adhere to IFRS, and begun its process of convergence, adapting its information to the international standard. This paper seeks to analyze the process of convergence in Brazilian agribusiness companies based on CPC 29. Despite the importance of agriculture for Brazil, the compliance with the standard is a theme rarely addressed in Brazilian research. Thus, the objective of this study is to identify the level of compliance with CPC 29 in the accounting statements of 34 Brazilian companies listed in BM&FBovespa, from the first year it came into effect (2010), to the most recent statements (2016). Five variables that could justify an entity to disclose its report with greater or lesser compliance with the standard were analyzed. It was observed that there is still a lack of compliance of the disclosed information, failing to meet the standards required by CPC 29. The average compliance of these companies is only 53.93%, and the type of audit is one of the determinants for disclosure practices in Brazil. The results show that the greater commitment of the managers of these companies in the disclosure of their assets is essential given the low levels of adequacy to the standard.

Keywords: Accounting Convergence, Biological Assets, Agricultural Products, CPC 29.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é conhecido como um dos setores mais competitivos da economia brasileira, representando cerca de 20% do PIB, o equivalente ao valor de 1 trilhão de reais. Pode-se afirmar que sem a atividade agropecuária, a balança comercial brasileira sofreria com grandes perdas, já que 41% das exportações originam-se do campo (PRATES, 2014).

A relevância para o cenário nacional e o crescente avanço do setor agrícola evidenciam a necessidade de demonstrações contábeis que não gerem assimetrias de informações entre seus usuários. Para tal, são cada vez mais exigidas que as demonstrações adotem um novo procedimento contábil harmônico, universalizando

¹ UNB – Universidade de Brasília – Brasília – DF – CEP 70910-900

² UFPB – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – PB – CEP 58051-900

³ PMIICC/UNB/UFPB/UFRN – Programa Multi-Institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Brasília – DF – CEP 70910-900

a linguagem dos negócios, podendo ser compreendida globalmente (MOLIGA, 2012). Assim, as empresas iniciam o processo de convergência de suas demonstrações às normas internacionais, que passam a ser introduzidas no Brasil por meio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e, por fim, pelos pronunciamentos contábeis devidamente emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os pronunciamentos exigidos pelo CPC foram emitidos com base nas normas internacionais do International Financial Reporting Standards (IFRS), a partir de 2007. No entanto, o CPC 29, que determina o tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas, teve como primeiro ano de sua vigência o ano de 2010 e, desde então, observam-se mudanças na evidenciação desses ativos.

O novo método de avaliação dos ativos biológicos e produtos agrícolas foi umas das alterações mais significativas ocorridas em consequência da adoção da nova exigência contábil. Esses ativos, que até então eram contabilizados por seus custos históricos, passaram a ser avaliados por seu valor justo, deduzidas as despesas necessárias para sua venda, sendo uma forma de avaliação definida pela própria norma como o “valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si” (CPC, 2009).

Zanin et al. (2012) observaram em seu trabalho que a ausência de utilização de uma norma contábil em propriedades rurais deve-se, em boa parte, à mentalidade conservadora dos produtores desse setor, de forma que a contabilidade é utilizada unicamente visando fins de fiscalização. Isso passou a mudar com a publicação da International Accounting Standard (IAS) 41 – Agriculture, que foi a norma responsável pela iniciação do processo de convergência das demonstrações do setor agrícola, servindo de base para a elaboração do CPC 29 no Brasil. Desde a implementação das normas IAS 41 e CPC 29, diversos estudos observaram mudanças na maneira de evidenciar ativos biológicos e produtos agrícolas.

No âmbito nacional, constam pesquisas quanto à conformidade desses requisitos, podendo-se destacar o trabalho de Silva et al. (2013), em que foi estudada uma amostra de empresas de capital aberto e fechado, detentoras de ativos biológicos, analisando sua conformidade com os requisitos no ano de 2010. Os autores constataram que as exigências são seguidas apenas parcialmente pelas empresas, porém com forte aderência a mensuração por valor justo.

No que se refere ao âmbito internacional, com foco na norma IAS 41, Gonçalves e Lopes (2014) estudaram quais são os determinantes de divulgação das demonstrações financeiras de 181 firmas de países que adotaram as IFRS, concluindo que o tamanho de uma firma e intensidade dos ativos biológicos de uma empresa são fortes fatores nas práticas de divulgação das informações.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa se propõe responder a seguinte questão: “*Quais os fatores determinantes do grau de conformidade de evidenciação dos ativos biológicos por empresas brasileiras?*”.

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar quais os determinantes da divulgação dos ativos biológicos em entidades brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Para tal, o objetivo específico do estudo consiste em analisar a evolução

ocorrida desde o primeiro ano de vigência do CPC, em 2010, até o ano de 2016.

Busca-se averiguar a ocorrência, ou não, de uma evolução na utilização das exigências de divulgação das empresas de agronegócios listadas na BM&FBovespa, avaliando o decorrer dos anos de cada empresa especificamente e agrupando seus resultados finais, de forma que por meio dos dados obtidos por esta análise seja possível identificar os determinantes dessa divulgação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Convergência e o Processo de Evidenciação das Informações Contábeis

A convergência às normas internacionais se deve às mudanças no mercado financeiro ocasionadas pelo processo de globalização, que acabou por gerar novas necessidades ao mercado mundial, afetando diretamente a contabilidade que, como parte do mecanismo que alicerça os negócios e o mercado de capitais, tende a acompanhar os movimentos da globalização e se adequar às novas realidades (CARVALHO et al., 2013).

Em 2001 foi criado o International Accounting Standards Board (IASB), sendo um órgão comprometido com o desenvolvimento de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis e mundialmente aceitas baseadas em princípios articulados. Conhecidas por International Accounting Standard (IAS), ou International Financial Reporting Standards (IFRS), estas normas servem de apoio para a publicação adequada dos relatórios financeiros das entidades que devem fornecer relatórios financeiros sobre a entidade que atendam todos os seus usuários, transmitindo informações úteis na tomada de decisões (IFRS FOUNDATION, 2015).

A convergência das demonstrações contábeis se expandiu por diversos países. Na Europa a convergência se iniciou em 2005, quando todas as empresas listadas da União Europeia foram requeridas a apresentar suas demonstrações sob os padrões de IFRS. Hung e Subramanyam (2007) analisaram os efeitos dessa adoção em companhias alemãs entre os anos de 1998 a 2002, constatando que os valores de ativos totais e resultados líquidos foram significativamente maiores sob os padrões do IASB do que nos antigos padrões alemães.

Na Espanha, os autores Callao, Jarne e Láinez (2007) buscaram determinar os impactos da adoção das IFRS e sua relevância nos relatórios de companhias espanholas, comparando as demonstrações publicadas em 2004 com outras regras internacionais e avaliando as diferenças estatisticamente. Os resultados apontam diferenças significativas e positivas entre as demonstrações espanholas que seguem os padrões internacionais das demais demonstrações que não se utilizam dos padrões IFRS.

O Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiram as deliberações 273/98 e 371/2000 e a circular 3068/01, que contribuíram para a convergência das IFRS no Brasil. No entanto, o passo mais importante para esse processo, que significou o interesse pelo padrão IFRS, foi a emissão da resolução nº 1055/05 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que determinou a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (COSTA et al., 2011).

A adoção das novas normas fortaleceu a transparência das informações contábeis, reduzindo as incertezas quanto à situação econômico-financeira das entidades. Também foi responsável pela melhora da oportunidade de empresas brasileiras estarem inseridas em bolsas de valores internacionais. No entanto, a adoção efetiva expôs algumas dificuldades. Uma dificuldade evidente trata-se da falta de capacitação em matéria de IFRS dos docentes que, em consequência disso, interfere na preparação acadêmica dos alunos. Além disso, a implementação de novos conceitos como “*fair value*” e “*impairment*” levam tempo de absorção e compreensão (NIYAMA; TIBÚRCIO, 2013).

Lemes e Carvalho (2004) partiram de relatos de empresas brasileiras que afirmaram possuir dificuldades e altos consumos de recursos na prestação de informações aos padrões internacionais. Realizaram análises comparativas das IAS em relação ao padrão anteriormente aplicado no país (Brasil GAAP). Constataram que a adoção das IFRS gerou resultados positivos para a empresa analisada, com aumentos significativos no lucro do período e no patrimônio líquido de 93,3% e 4,5%, respectivamente, com aumentos da receita da empresa em aproximadamente R\$ 995 mil reais e de patrimônio líquido de R\$ 1,7 milhões.

No Brasil, a obrigatoriedade da adoção em *full* IFRS das informações contábeis das empresas se iniciou em 2010. Gonçalves et al. (2014) realizaram uma análise dos impactos dessa obrigatoriedade nos anos de 2009, último ano de utilização da antiga norma brasileira, e 2010. A pesquisa evidenciou que o processo de convergência gerou um impacto estatisticamente significativo em relação ao antigo padrão, demonstrando que as informações contábeis em IFRS foram mais relevantes do que aquelas apresentadas em padrões brasileiros na amostra estudada pelos autores.

2.2 Padrão Brasileiro Para Ativos Biológicos: CPC 29

O acelerado crescimento da globalização foi essencial para tornar a contabilidade uma linguagem única para efetiva compreensão dos negócios em âmbito mundial, tornando a adoção de um método contábil de normas unificadas um mecanismo necessário para o bom funcionamento desse novo mercado. Dessa forma, as IFRS foram criadas pela organização internacional IASB, que deve divulgá-las de maneira que sua aplicação no ambiente contábil seja útil ao que demandam seus usuários. Diante das mudanças ocorridas, as empresas brasileiras passaram a emitir suas demonstrações com base no padrão internacional divulgado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (SCHERCH et al., 2013).

Em agosto de 2009, O CPC emitiu, no pronunciamento contábil de número 29, baseado na IAS 41 – Agriculture, que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas, o novo padrão de tratamento contábil e a forma de divulgação desses ativos. A partir disso, a CVM tornou obrigatória a aplicação do CPC para entidades de capital aberto, inclusive exigindo a revisão dos papéis de 2009 para fins de comparação (YOSHITAKE et al., 2015).

O CPC 29 trouxe relevantes mudanças ao setor agropecuário. O que antes era um setor com pouca tradição de preparação de suas demonstrações, mesmo sendo um campo de grande importância ao comércio internacional e à economia nacional, hoje possui uma série de normas e definições. A forma de mensuração, reconhecimento e avaliação dos ativos biológicos eram pontos que geravam dificuldades antes da emissão do CPC 29, visto que estes não

possuíam um tratamento específico que abrangesse esses tipos de ativos, o que gerava informações não fidedignas à realidade (CARVALHO et al., 2013).

Segundo Martins, Machado e Callado (2014), a nova norma trouxe alterações relevantes na mensuração desses bens, anteriormente mensurados a custo histórico, agora sendo mensurados a valor justo. Os autores acreditam que o valor justo seja responsável pela avaliação fidedigna à realidade, de forma que seu trabalho buscou analisar se as novas informações contábeis apresentam evidências de mensuração confiáveis nas empresas, concluindo que a mensuração a valor justo é de fato confiável ao mercado e à perspectiva interna das entidades brasileiras.

Einsweiller e Fischer (2013) analisaram as demonstrações de 2009 a 2011 de uma empresa de celulose e papel de Santa Catarina identificando os efeitos da adoção do valor justo aos saldos contábeis de ativos biológicos nessa empresa. Por fim, puderam constatar ganhos de 20,1% aos valores de ativos biológicos da empresa, resultados de R\$ 31,7 milhões nos três anos avaliados e um aumento do patrimônio líquido de aproximadamente 830% ao final do exercício de 2011.

A alteração do método de avaliação destaca-se por ser a mudança mais evidente na nova contabilização. Esses ativos possuem características específicas e estão sujeitos a constantes mudanças durante a sua vida útil, sendo necessárias contínuas avaliações. Além das avaliações evidenciarem o real valor econômico desses bens, nota-se que estas produzem ganho econômico para a entidade, devendo ser reconhecido como receita na Demonstração de Resultados da empresa enquanto o produto não for realizado (MARION, 2012).

Países de diversas culturas e métodos contábeis distintos passaram a adotar um único padrão para que o acesso e a compreensão da informação contábil pudesse ser útil à tomada de decisão em empresas agrícolas. Esse processo leva tempo e adaptação. No entanto, apesar das dificuldades, os resultados da adoção da IAS 41 aparentaram trazer resultados positivos. Foi o caso de uma empresa de produtos florestais da Suécia, que em apenas um ano conseguiu dobrar o valor de suas propriedades florestais (BURNSIDE, 2005).

Pires e Rodrigues (2008) analisaram a importância de adaptar a IAS ao setor agrícola português. Entre as dificuldades encontradas no processo de implementação, eles citam o número alto de empresas familiares no setor, em que muitas vezes são controladas por pessoas de idade. O estudo reconhece a necessidade de adoção da norma, no entanto, diferentemente de muitos trabalhos, os autores creem que a mensuração a valor justo não deva ser utilizada como modelo de referência, já que esse sempre levantará problemas de alguma complexidade, o que faz com que os autores acreditem que o melhor método de avaliação seja pelos valores de custo da formação dos ativos, crescimento e colheita.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA E AMOSTRA

3.1 Amostra e Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada baseada em uma amostra de 34 empresas nacionais de agronegócio listadas na BM&FBovespa, das quais

espera-se identificar os determinantes de divulgação dos ativos biológicos nos primeiros sete anos de implementação da norma CPC 29 no Brasil. Marconi e Lakatos (2007) esclarecem que uma amostragem só ocorre quando a pesquisa não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.

As empresas que serviram de amostra foram selecionadas por meio do código WS18277, aplicado ao Eikon Reuters, que é o código responsável por listar as entidades de capital aberto brasileiras detentoras de ativos biológicos. No entanto, quatro companhias precisaram ser retiradas da amostra por limitação de disponibilidade de dados. Assim, a amostra que abordava uma quantidade de 38 entidades foi reduzida para uma amostra de 34 companhias. As empresas retiradas foram: Cia Cacique de Café, Companhia Melh, Companhia e a Empresa Nacional.

A Cia. Cacique de Café foi retirada da amostra, pois suas demonstrações contábeis nos sete anos estudados não foram encontradas em seu endereço virtual, nem mesmo no endereço virtual da BM&FBovespa. As demais companhias foram excluídas, pois, ao inserir o código WS18277 no *software* Eikon Reuters, as entidades foram descritas com seus nomes incompletos, de forma que não foi possível identificar quais são essas companhias. As demonstrações da Companhia Biosev S/A nos anos de 2010 e 2011 não foram encontradas, porém esta não foi retirada da amostra, já que os demais anos foram devidamente identificados. As demonstrações de 2016 da Tereos Internacional, Buettner e Wembley também não foram localizadas, bem como as demonstrações de 2015 e 2016 da Companhia Industrial Schlosser S.A., porém estas não foram retiradas da amostra.

Após os ajustes realizados na amostragem, as 34 empresas escolhidas para análises foram representadas no Quadro 1.

Quadro 1: Empresas detentoras de ativos biológicos selecionadas para amostra

1.	BRF S.A.	10.	Biosev S.A.	19.	Battistella Admin	28.	Trevisa
2.	JBS S.A.	11.	Brasilagro Cia. Bras	20.	Klabin S.A.	29.	São Martinho S.A.
3.	Vanguarda Agro	12.	Cosan S.A. Indústria	21.	Grazziotin S.A.	30.	SLC Agrícola S.A.
4.	Evora S.A.	13.	Marfrig Global Foods	22.	Odontoprev S.A.	31.	Tereos Internacional
5.	Duratex S.A.	14.	Suzano Holding S.A.	23.	Magnesita Refrat	32.	Karsten S.A.
6.	Eucatex S.A. Indústria	15.	Celulose Irani S.A.	24.	Randon S.A. I	33.	Cia. Ind Schlosser
7.	Alupar Invest	16.	Fibria Celulose S.A.	25.	Siderurgica J.L.	34.	Wembley S.A
8.	Neoenergia	17.	Buettner S.A.	26.	Gerdau S.A.		
9.	Weg S.A.	18.	Suzano Papel	27.	Metalúrgica Gerdau		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Realizou-se uma análise qualitativa das demonstrações financeiras de 2010 a 2016 das empresas listadas no Quadro 1. Günther (2006) afirma que a pesquisa qualitativa se dá por meio da análise de textos que, nas diferentes técnicas analíticas, possuem interpretações hermenêuticas. Porém, este trabalho também possui características de pesquisa quantitativa. Gerhardt e Silveira (2009) salientam que a pesquisa quantitativa realiza a análise do conteúdo por meio de dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos, enfatizando a objetividade. Para Angelo (2013) a utilização dos dois métodos de pesquisa permite obter mais informações do que se poderia se apenas um método fosse proposto isoladamente.

Criou-se uma tabela, denominada Tabela de exigências, baseada nas determinações de divulgação listadas pelo CPC 29, utilizada como *checklist* para devida análise das notas explicativas das empresas da amostra. O *checklist* foi aplicado às notas, dividido em quatro setores, sendo eles: “Exigências gerais” (aplicado em companhias que divulgarão seus ativos por valor justo), “divulgação adicional para ativos biológicos caso valor justo não possa ser mensurado de forma confiável”, “caso a entidade possua subvenção governamental” e “itens recomendados pela norma”. Em cada item dos setores foi analisado o devido atendimento ou não à norma nas demonstrações contábeis de cada entidade.

Para cada item cumprido, aplicou-se a numeração 1, porém para cada item em que a companhia não apresentou conformidade ao CPC aplicou-se a numeração 0. Todos os itens presentes nos quatro setores do *checklist* possuem a mesma importância, de forma que, ao final de toda a análise dividiu-se os valores encontrados pelo número de itens de divulgação que se aplica na empresa analisada. Por exemplo, empresas mensuradas a valor justo não podem ter sua pontuação reduzida pelo segundo setor da tabela que é aplicável apenas em caso de empresas que divulgaram seus ativos biológicos com outro tipo de mensuração. Assim, obteve-se a seguinte fórmula:

$$Index_{it} = \frac{\sum_{it=1}^n d_{it}}{n}$$

No qual:

- $Index_{it}$: indicadores obtidos nos balanços, conforme exigências do CPC 29;
- d_{it} : será 0 para todo item da norma não cumprido e será 1 para todo item da norma que for devidamente cumprido na demonstração financeira.
- n : quantidade total de itens de divulgação aplicáveis à empresa.

3.2 Do Estudo das Variáveis

Por meio dos resultados obtidos, foi possível identificar a variável dependente deste estudo, nomeada $Index_{it}$, que representa o índice de divulgação das notas explicativas. Assim o seguinte modelo foi especificado com finalidade de definir os determinantes de divulgação das demonstrações financeiras:

$$Index_{it} = \beta_0 + \beta_1 IAB_{it} + \beta_2 C_{it} + \beta_3 LOG(TA)_{it} + \beta_4 Audit_{it} + \beta_5 GI_{it} \quad (1)$$

Em que:

- IAB_{it} : intensidade do ativo biológico;
- C_{it} : concentração de propriedade;
- $LOG(TA)$: porte da empresa;
- $Audit_{it}$: auditoria pelas *Big Four*;
- GI_{it} : grau de internacionalização.

As variáveis independentes utilizadas neste estudo foram escolhidas baseadas no estudo de Gonçalves e Lopes (2014) e encontram-se detalhadas a seguir:

- β_1 : $\frac{\text{Ativo biológico}}{\text{Total de ativos}}$

Essa variável identifica a intensidade de ativos biológicos da empresa. Para que esta pudesse ser obtida, foram realizadas buscas no Eikon Reuters de dois códigos, sendo eles: WC18277 (Biological Assets) e WC02999 (Total Assets). O código WC18277 fornece o total de ativos biológicos das entidades, enquanto o código WC02999 informa o total de ativos dessas empresas. A intensidade dos ativos biológicos foi calculada dividindo-se o total de ativos biológicos pelo total de ativos das empresas nos anos de 2010 a 2016, obtendo-se assim o percentual de intensidade desses ativos nas companhias presentes na amostra.

- β_2 : $\frac{\text{Ações mantidas na empresa}}{\text{Total de ações no mercado}}$

A variável β_2 indica a concentração de propriedade de uma companhia. Os dados referentes à essa variável foram obtidos por meio dos códigos WC05474 (Closely Held Shares-Current) e WC05302 (Com Shares Outstanding-Current), aplicados ao *software* Eikon Reuters. O código WC05474, que representa os valores de ações mantidas na empresa, foi dividido pelo total de ações no mercado (WC05302).

- β_3 : $\log(\text{Ativo})$

Essa variável representa o porte da companhia analisada. O código WC02999 (Total Assets), anteriormente utilizado como método de obtenção do valor de intensidade de ativos biológicos na variável β_1 , tornou-se uma nova variável, para que se busque compreender se o tamanho de uma empresa (identificado por meio do seu total de ativos) possui relação direta com o nível de divulgação de suas demonstrações. Para que a análise dos dados se desse de

forma mais simplificada, optou-se por calcular o logaritmo do total de ativos apresentados em cada ano e entidade.

- β_4 : Auditoria

Essa variável foi analisada de forma que se busque averiguar se uma empresa de auditoria de grande porte (*Big Four*) possui correlação direta no nível de conformidade da divulgação conforme a norma CPC 29. A fase de obtenção dessa variável se deu por meio da análise individual dos relatórios contábeis da amostra. Para cada entidade analisada, identificou-se qual a empresa responsável pela realização dos trabalhos de auditoria de suas demonstrações contábeis em cada ano estudado. Para cada *Big Four* identificada, o resultado era apresentado pela numeração 1, enquanto quando a auditoria não fosse realizada por essas empresas aplicou-se a numeração 0. Nesse caso, portanto, trata-se de uma variável *dummy* em que as auditorias consideradas *Big Four* foram PWC, KPMG, Ernst and Young e Deloitte Touche Tohmatsu.

$$\beta_5: \frac{\text{Vendas para o exterior}}{\text{Total de vendas da companhia}}$$

A última variável escolhida para o estudo trata-se do grau de internacionalização das empresas. Esse grau foi medido por meio do código WC08731 (Foreign Sales % Total Sales), aplicado no Eikon Reuters, que indica o percentual de vendas para o exterior sobre o total de vendas de cada companhia. Assim, a análise buscou compreender se a divulgação foi mais precisa para entidades com maiores vendas para o exterior do que em relação a empresas que não possuem o grau de internacionalização tão evidente.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

A Tabela 1 representa os resultados das estatísticas descritivas obtidos nas empresas analisadas.

Com base na Tabela 1, observa-se que o índice de divulgação ($Index_{it}$) dos ativos biológicos possuiu uma média de conformidade com a norma de 53,93% (mediana = 63%). A intensidade média de ativos biológicos foi de 7,05% (mediana = 4,35%). A concentração dos ativos biológicos possui média de 44,01% e mediana de 50,34%, possuindo um valor máximo de 96,75%. O total de ativos, que representa o porte da companhia, possui média de 6,67%. A variável $Audit_{it}$ demonstra que das empresas analisadas existe uma média de 78,87% de companhias auditadas por *Big Four*. Por fim, o grau de internacionalização das entidades apresentou um percentual máximo de 95,50% e mínimo de 0,00%, sua média foi de 34,32% de vendas para o exterior.

A Tabela 2 foi elaborada de forma que evidenciasse o atendimento aos itens de divulgação do CPC 29 em cada empresa nos sete anos estudados, atentando-se para o cumprimento ou não de cada item da norma de forma que, ao perceber o cumprimento adequado do item, atribuiu-se a numeração 1. E, para itens em que não foi observada a conformidade com a norma, atribuiu-se a numeração 0.

Tabela 1: Estatística descritiva

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-padrão	n
$Index_{it}$	0,5393	0,6300	1,0000	0,0000	0,3527	142
IAB_{it}	0,0705	0,0435	0,2664	0,0000	0,0720	142
C_{it}	0,4401	0,5034	0,9675	0,0000	0,2726	142
TA_{it}	6,6786	6,8779	8,0854	0,0000	1,0450	142
$Audit_{it}$	0,7887	1,0000	1,0000	0,0000	0,4096	142
GI_{it}	0,3432	0,3181	0,9550	0,0000	0,2955	142

Fonte: Dados coletados e Eviews.

Tabela 2: Exigências de divulgação de ativos biológicos conforme CPC – 29

Item	Índices de divulgação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Exigências gerais								
40	A entidade divulgou o ganho ou a perda do período corrente:	-	-	-	-	-	-	-
40	No reconhecimento inicial do ativo biológico?	15	20	21	21	19	22	19
40	No reconhecimento inicial do produto agrícola?	14	17	18	18	18	20	18
40	Em relação às mudanças decorrentes do valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?	15	18	19	18	18	19	17
41	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?	15	19	20	18	17	19	18
42	A divulgação requerida (Item 41) possui a forma dissertativa?	15	19	20	18	17	19	18
42	A divulgação requerida (Item 41) possui a forma quantitativa?	0	1	3	3	3	11	10
46	Foram divulgadas a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?	15	19	20	18	17	19	18
46	Foram realizadas mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas:	-	-	-	-	-	-	-
46	De cada grupo de ativos biológicos no fim do período?	6	9	14	13	14	16	14
46	Da produção agrícola durante o período?	3	5	9	10	11	13	12
47	A entidade evidenciou o método e as premissas significativas aplicadas na determinação do valor justo:	-	-	-	-	-	-	-
47	De cada grupo de produto agrícola no momento da colheita?	13	18	19	18	18	19	17
47	E de cada grupo de ativos biológicos?	14	18	19	18	17	20	18
48	A entidade divulgou o valor justo, menos a despesa de venda doproduto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita?	12	18	19	19	17	19	17
49	Foi divulgada a existência e o total de ativos biológicos de titularidade legal restrita e o montante dado como garantia?	9	9	13	12	10	15	14
49	Foram divulgados o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?	11	11	13	11	11	13	13
49	Foram divulgadas as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas à atividade agrícola?	15	15	18	17	17	19	18
50	Foi apresentada a conciliação das mudanças no valor contábil dos ativos biológicos entre o início e o fim do período?	13	18	19	17	16	20	18
Divulgação adicional para ativos biológicos caso valor justo não possa ser mensurado de forma confiável								
54	Caso a entidade mensure ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, no final do período esta divulgou:	-	-	-	-	-	-	-
54	Uma descrição dos ativos biológicos?	2	2	2	2	2	2	2
54	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?	2	2	2	2	2	2	2
54	Se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de encontrar o valor justo?	0	0	0	0	0	1	1
54	O método de depreciação utilizado?	1	1	1	1	1	1	1
54	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?	2	3	3	3	3	2	2

Tabela 2: Continuação

Item	Índices de divulgação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
54	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irreversibilidade acumulada) no início e no fim do período?	1	2	2	2	2	1	1
55	Se a entidade mensura os ativos biológicos ao seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, esta divulgou qualquer ganho ou perda reconhecida sobre a venda de tais ativos biológicos?	1	1	1	1	1	0	0
55	Foi divulgada a conciliação requerida (Item 50) evidenciando o total relacionado com tais ativos separadamente?	2	3	3	3	3	2	2
55	A conciliação (Item 50) contém os seguintes montantes incluídos no resultado e decorrentes dos ativos biológicos:	-	-	-	-	-	-	-
55	(a) Perdas irreparáveis?	1	2	2	3	3	2	2
55	(b) Reversão de perdas de valor recuperável?	0	0	0	0	0	0	0
55	(c) Depreciação?	1	2	2	2	2	1	1
56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, tenha se tornado mensurável de forma confiável durante o período, a entidade divulgou:	-	-	-	-	-	-	-
56	(a) Uma descrição dos ativos biológicos?	0	0	0	0	0	0	0
56	(b) Uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável?	0	0	0	0	0	0	0
56	(c) O efeito da mudança?	0	0	0	0	0	0	0
Caso a entidade possua subvenção governamental								
57	A entidade realizou as seguintes divulgações:	-	-	-	-	-	-	-
57	(a) A natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?	7	8	9	8	7	10	11
57	(b) As condições não atendidas e outras contingências associadas com a subvenção governamental?	7	8	8	7	6	7	8
57	(c) E as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?	7	8	9	8	7	8	9
Itens recomendados pela norma								
43	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos?	6	9	14	13	14	13	12
43	A descrição distingue conforme apropriado?	5	8	13	12	13	12	11
43	A descrição divulga a base para realizar tais distinções?	5	8	13	12	13	13	12
51	Foi divulgado o montante total da mudança no valor justo menos a despesa de venda, incluído no resultado, referente às mudanças físicas e preços de mercado?	15	19	20	18	18	19	17
51	Esta informação é apresentada por grupos de ativos biológicos?	12	17	18	16	16	17	15

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme CPC 29

Com base na análise da Tabela 2, observa-se que as exigências gerais foram os itens mais cumpridos pelas entidades, seguidos das recomendações dadas pelo CPC. O item 40 (reconhecimento inicial do ativo biológico) foi o item mais divulgado em conformidade à norma entre as companhias, principalmente no ano de 2015.

Por meio da análise da Tabela 2, foi possível observar que, em relação à mensuração por valor justo, nota-se que a quantidade de empresas que passaram a utilizar esse método na atribuição de valor de seus ativos biológicos foi maior que aquelas que mantiveram outras técnicas de mensuração, tais como a mensuração a valor de custo. Uma vez que os valores encontrados no setor de exigências gerais foram maiores do que aqueles encontrados no setor destinado às empresas que não mensuraram seus ativos por valor justo.

O período que obteve o melhor *score* de cumprimento à norma se deu no ano de 2015, notando-se, inclusive, a queda desses *scores* no ano decorrente em alguns itens. O ano que possuiu a pior conformidade com o CPC foi o ano de 2010, o resultado já era esperado, uma vez que naquele ano se deu o início da vigência do CPC 29 no Brasil.

4.2 Modelo de Regressão

Por meio do modelo de regressão em painel estudado na Equação 1, buscou-se identificar quais seriam as variáveis que determinam a divulgação das demonstrações conforme CPC 29, conforme representado na Tabela 3.

Utilizou-se o teste de *Hausman* para que este pudesse indicar qual o melhor modelo de análise dos dados. Para casos em que haja correlação, a estimação deverá ser realizada pelo modelo de efeito fixo e, para casos contrários, será mais apropriada à utilização do modelo de efeitos aleatórios (NONNENBERG; MENDONÇA, 2005). O teste resultou em uma probabilidade de 0,0144 para os efeitos aleatórios, o que indica que o melhor modelo de análise dos dados é o com efeitos fixos. Esse modelo foi considerado como o mais apropriado para a análise dos resultados encontrados, uma vez que o *p-value* rejeita a hipótese H0 para efeitos aleatórios. Segundo Baltagi (2013), o modelo de efeitos fixos é o mais indicado para casos em que o intercepto específico à empresa possa estar correlacionado com uma ou mais variáveis.

Tabela 3: *Value Relevance* para o Index

Variável	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios	
	Coef.	<i>p-value</i>	Coef.	<i>p-value</i>
<i>c</i>	0.0406	0.8380	-0.0283	0.7625
<i>IAB_{it}</i>	0.4370	0.5571	17855	0.0019
<i>C_{it}</i>	0.0051	0.9522	0.1266	0.1524
<i>TA_{it}</i>	0.0266	0.1233	0.0162	0.3311
<i>Audit_{it}</i>	0.3641	0.0003	0.2896	0.0001
<i>GI_{it}</i>	0.0016	0.9866	0.0255	0.7636
Teste de <i>Hausman</i> para Efeitos Aleatórios			Chi-Sq.	Prob.
Efeitos Aleatórios em <i>cross-section</i>			14196874	0.0144

Fonte: Eviews.

Percebe-se, por meio da Tabela 3, que o *p-value* (*p*-valor) da variável (auditoria realizada por *Big Four*) possui valor abaixo de 0,05. Isso permite concluir que as chances de essa variável estar criticamente relacionada ao índice de divulgação das notas explicativas é alto, uma vez que o *p*-valor identificado permite assumir que há uma margem segura de 5% de chances de erro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos recentes debates quanto à convergência das demonstrações contábeis no cenário mundial e brasileiro, este estudo buscou identificar os fatores determinantes na divulgação das informações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo com base na norma CPC 29.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, P. H. A. *Redução do IPI em 2012 e a venda de veículos*. 2013. 25 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Tecnologia Senac, Pelotas, 2013.
- BALTAGI, B. H. *Econometric analysis of panel data*. 5. ed. Chichester: Wiley, 2013.
- BURNSIDE, A. *IAS 41 and the forest industry: a study of the forest products companies' perception of the IAS 41 today*. 2005. 56 f. Monografia (Graduação em Economia) – School of Business, Economics and Law, Göteborg University, 2005.

Baseado na análise da Tabela 2, o item do pronunciamento técnico que obteve maior nível de conformidade foi o item 40, que trata do reconhecimento inicial do ativo biológico e das relações com as mudanças decorrentes do valor justo, menos as despesas de vendas desses ativos. No entanto, os itens da norma contábil que obtiveram menores *scores* de conformidade foram os itens 54 e 56, que tratam de ativos biológicos mensurados a outro método que não seja a valor justo. A menor incidência desses itens pode ser explicada pelo fato de que a grande maioria das empresas da amostra mensuraram seus ativos a valor justo.

Ainda com base na análise da Tabela 2, percebeu-se que as empresas obtiveram *scores* de divulgação mais elevados no ano de 2015, enquanto que no ano de 2010 foi observado um menor nível de obediência, sendo o ano que apresentou os menores *scores* de divulgação, provavelmente devido ao fato de ser o primeiro ano de vigência do pronunciamento técnico 29 nessas empresas.

Conclui-se que as empresas brasileiras ainda não cumprem com as normas de divulgação adequadamente. De forma que a média de conformidade à norma foi de 53,93%, com níveis de obediência que variaram de 0,00% a 100,00% em relação à norma contábil. O índice de divulgação encontrado levou em consideração 5 diferentes determinantes que poderiam ser responsáveis pelo maior ou menor grau de cumprimento do CPC, no qual averiguou-se que a auditoria das demonstrações realizada por *Big Four* possui impacto significativamente positivos nas práticas de divulgação das empresas estudadas nas amostras.

Sob o cenário de globalização a qual as empresas se inserem é fundamental a divulgação adequada dessas informações, para que essas sejam compreendidas por seus usuários, sendo úteis para a tomada de decisão. No entanto, os resultados encontrados, apesar de serem maiores que 50%, demonstram que os níveis de conformidade ainda não são os esperados, sendo essencial a atuação mais atenta às exigências por parte dos gestores das entidades analisadas.

O trabalho possui algumas limitações no que se refere a demonstrações não encontradas no endereço eletrônico da BM&FBovespa ou nos próprios endereços das companhias e demais limitações com relação as empresas não identificadas devido ao nome dado pelo *software* Eikon Reuters. Demais limitações incluem que a amostra utilizada para análise é de poucas empresas brasileiras e apenas as listadas na BM&FBovespa e encontradas por meio do Eikon Reuters.

Sugere-se que trabalhos realizados futuramente analisem não somente empresas listadas na bolsa de valores, o que aumentaria, assim, a amostra de análise. Buscando, inclusive, estudar os níveis de conformidade de anos posteriores a 2016, de forma que possa se identificar quaisquer avanços de divulgação ao longo dos anos.

CALLAO, S.; JARNE, J. I.; LAÍNEZ, J. A. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Amsterdam, v. 16, n. 2, p. 148-178, 2007.

CARVALHO, F. S.; PAULO, E.; SALES, I. C. H.; IKUNO, L. M. Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa. *Custos e @gronegocio online*, Recife, v. 9, n. 3, p. 106-130, 2013.

COSTA, T. A.; ALMEIDA, S. R. V.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. *Revista de Contabilidade de Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 136-156, 2011.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola*. Brasília, DF, 19 set. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 24 ago. 2015.

EINSWEILLER, A. C.; FISCHER, A. Efeitos da aplicação de valor justo no ativo biológico de uma empresa do ramo de celulose e papel. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 12, n. 37, p. 24-34, 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONÇALVES, J. C.; BATISTA, B. L. L.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, 2014.

GONÇALVES, R.; LOPES, P. Firm-specific determinants of agricultural financial reporting. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, Amsterdam, v. 110, p. 470-481, 2014.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of Accounting Studies, Forthcoming*, Berkeley, v. 12, p. 623-657, 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=622921>. Acesso em: 24 ago. 2015.

IFRS FOUNDATION. *Who we are*. London, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2EE03Q8>. Acesso em: 16 mar. 2016.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J. C. *Contabilidade rural*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 163-188, 2014.

MOLIGA, M. A nova visão contábil após a lei 11.638/2007. *Portal Contábeis*, 20 maio 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3911yYS>. Acesso em: 23 jul. 2015.

NIYAMA, J. K.; TIBÚRCIO, C. A. *Teoria da Contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NONNENBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 631-655, 2005.

PIRES, A.; RODRIGUES, F. Necessidade de adaptar e ajustar a IAS 41 ao setor agrícola português. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 126-140, 2008.

PRATES, M. Os números que mostram o poder do agronegócio brasileiro. *Revista Exame*, São Paulo, 4 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2PE3h8B>. Acesso em: 23 jul. 2015.

SCHERCH, C. P.; NOGUEIRA, D. R.; OLAK, P. A.; CRUZ, C. V. O. A. Nível de conformidade do CPC 29 nas empresas brasileiras: uma análise com as empresas de capital aberto. *RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 459-490, 2013.

SILVA, R. L. M.; FIGUEIRA, L. M.; PEREIRA, L. T. O. A.; RIBEIRO, M. S. CPC 29: uma análise dos requisitos de divulgação entre empresa de capital aberto e fechado do setor de agronegócios. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 26-49, 2013.

YOSHITAKE, M.; TINOCO, J. E. P.; HORTA, R. A. M.; FRAGA, M. S. O custo do ativo biológico e produto agrícola: estudo de caso da Sanco S.A. usina de açúcar e álcool. *Custos e @gronegocio online*, Recife, v. 11, n. 1, p. 311-312, 2015.

ZANIN, A.; DALLASTRA, P. R.; DALLASTRA, E.; GUBIANI, C. A.; OENNING, V. Análise comparativa da mensuração entre a Lei 6.404/76 e a aplicação do CPC 29 em uma propriedade rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. *Anais [...]*. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3afzyw7>. Acesso em: 11 jul. 2020.